

Empresários pedem mudanças na Carta

Telefoto de Gustavo Miranda

BRASÍLIA — Na abertura da XI Reunião do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos, o Presidente da seção brasileira, empresário Luís Eulálio de Bueno Vidigal, classificou algumas decisões votadas em primeiro turno na Constituinte como "eivadas do mais puro espírito demagógico e eleitoreiro". No primeiro dia do encontro, o principal debate foi sobre o impacto da nova Carta sobre a economia.

Com a concordância silenciosa de colegas americanos e apoio de constituintes presentes, o primeiro dia do encontro foi marcada por duras críticas ao Capítulo da Ordem Social votado pela Constituinte. A ampliação do direito de greve, o turno contínuo de seis horas, a licença-paternidade, o tabelamento dos juros em 12 por cento e a licença-gestante de 120 dias foram os pontos mais atacados.

— O texto é estatizante e tem dispositivos xenofobos, mas muita coisa será corrigida no segundo turno de votação, pois não permitiremos uma decisão emocional — disse o Deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), um dos líderes do Centrão, anunciando que o grupo apresentará emendas supressivas a dispositivos como aque-

— O Presidente da seção americana, Paul Oreflice, não quis entrar diretamente na discussão, afirmando que "a Constituinte é negócio de brasileiros". No entanto, disse que a demora para a conclusão da nova Carta adia investimentos importantes:

— Antes de investir, o empresário estrangeiro examina três coisas: as condições do mercado, a disponibili-



Luís Eulálio de Bueno Vidigal, o Ministro Mailson da Nóbrega e Albano Franco

dade de matéria-prima e a possibilidade de poder fazer o que quiser com seu dinheiro, seja remeter lucros ou reinvestir. No momento, há dúvida e um processo de espera.

O Deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) e o Senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) também participaram do debate, coordenado por Amaury Temporal, Presidente da Confederação das Associações Comerciais. Temporal também fez restrições ao que considerou dispositivos "ridículos e irritantes" aprovados até agora. Disse ainda que as vantagens sociais aprovadas aumentarão os custos de produção em 28,5 por cento, que terão de ser repassados ao consumidor.

O Deputado José Serra (PMDB-SP), que chegou mais tarde, previu

que só será possível obter alterações no segundo turno através de acordos, pois o "populismo está presente em todos os partidos". Segundo ele e seus colegas, o tabelamento dos juros deverá ser suprimido por consenso.

O Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Senador Albano Franco, anunciou que mobilizará todos os recursos políticos possíveis para conseguir alterações no texto da nova Carta. Dois pontos básicos receberão maior atenção nesse esforço: o direito de greve e o turno de seis horas.

O encontro entre empresários brasileiros e americanos está na página 16

Mailson adverte contra anistia

Caso os Constituintes aprovem, nas Disposições Transitórias, a concessão de anistia às dívidas dos micro, pequenos e médios empresários, o Governo terá uma despesa adicional entre US\$ 2 bilhões (aproximadamente CZ\$ 324 bilhões) e US\$ 3 bilhões (cerca de CZ\$ 486 bilhões), anunciou ontem o Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, prometendo "um trabalho concentrado" para que, na votação em segundo turno, sejam retiradas "algumas extravagâncias" do texto da nova Carta. Falando para uma platéia de empresários brasileiros e americanos que participam do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos, Mailson comentou que as medidas aprovadas na Constituinte e que contrariam a orientação do Executivo refletem "um problema de informação dos parlamentares".

— Alguns Constituintes pensam como se o País ainda vivesse a década de 40 ou a de 50. Julgam que estão fazendo um bem, mas na verdade estão fazendo um grande mal, porque ou quebram os bancos estaduais ou o Tesouro Nacional", enfatizou.

Governo se prepara para o 2º turno

BRASÍLIA — O Governo trabalhará para modificar o texto aprovado pela Constituinte no primeiro turno de votação. O objetivo é resgatar o apoio de setores do empresariado, ressentidos pela omissão do Executivo na discussão de temas de seu interesse, basicamente no Capítulo dos Direitos Sociais e no Título da Ordem Econômica.

Constituintes ligados ao Presidente José Sarney reconhecem que toda a articulação do Palácio do Planalto concentrou-se nas questões do mandato e do sistema de Governo, comportamento que será compensado no segundo turno de votações da Assembléia.

Segundo o Deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), um dos principais articuladores da estratégia do Governo, definido o mandato presidencial, as atenções se voltarão para a etapa final da Constituinte. Ele disse que um grupo de parlamentares de tendência moderada já está elaborando as emendas.

A insatisfação do empresariado com o comportamento do Governo nas votações de matérias doutrinárias preocupa o Planalto, na medida em que, aprovada emenda dos cinco anos, o Presidente Sarney precisará de apoio político de toda a sociedade para governar até o final do seu mandato.

Segundo o Deputado Ricardo Fiúza, o respaldo da classe empresarial será fundamental para garantir a eficácia das metas anunciadas pelo Pre-



Fiúza: emendas estão sendo redigidas

sidente José Sarney para o combate ao deficit público.

— O Governo sabe que depois de assegurado o mandato de cinco anos terá de assumir posições nítidas. E não se furtará de fazê-lo — afirmou o parlamentar.

Entre os principais alvos desta articulação estão o direito de greve, a jornada máxima de seis horas nos turnos de trabalho de revezamento, a nacionalização da política mineral e a taxação dos juros bancários em 12 por cento ao ano. Ricardo Fiúza explica que essas questões interessam diretamente ao Governo, porque influem no funcionamento das empresas estatais.